



Número: **0821887-63.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **14/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANIEL DOS SANTOS TRAJANO (AUTOR)		FRANCISCO ASSIS FIDELIS DE OLIVEIRA FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21164611	14/05/2019 16:28	Petição Inicial	Petição Inicial
21164617	14/05/2019 16:28	DPVAT - Guia - DANIEL DOS SANTOS TRAJANO	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
21164618	14/05/2019 16:28	DPVAT - Documentos - DANIEL DOS SANTOS TRAJANO	Documento de Comprovação
21164619	14/05/2019 16:28	DPVAT - Procuração - DANIEL DOS SANTOS TRAJANO	Procuração
21164621	14/05/2019 16:28	DPVAT - INICIAL - DANIEL DOS SANTOS TRAJANO	Documento de Comprovação
21820936	06/06/2019 18:08	Certidão	Certidão
23447246	13/08/2019 14:41	Despacho	Despacho

Anexo



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.7.19.08007/01
			Data de emissão: 28/03/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2019
Número da guia: 200.2019.608007 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 49,54
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 990,80 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 13,01 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.207,66
			Desconto total: R\$ 0,00
866200000127 076609283189 520190331204 071908007017 			Valor final: R\$ 1.207,66

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.7.19.08007/01
			Data de emissão: 28/03/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2019
Número da guia: 200.2019.608007 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 49,54
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 990,80 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 13,01 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.207,66
			Desconto total: R\$ 0,00
866200000127 076609283189 520190331204 071908007017 			Valor final: R\$ 1.207,66

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.7.19.08007/01
			Data de emissão: 28/03/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2019
Número da guia: 200.2019.608007 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 49,54
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 990,80 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 13,01 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.207,66
			Desconto total: R\$ 0,00
866200000127 076609283189 520190331204 071908007017 			Valor final: R\$ 1.207,66





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.608007

Data Vencimento: 31/03/2019

Data Emissão: 28/03/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: DANIEL DOS SANTOS TRAJANO

Promovido: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 13,01

Custas: R\$ 990,80

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.206,31

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e do art. 98, da Lei 11.103/15.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima e sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

_____ / ____ / ____

x _____



SINISTRO 3180188746 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DANIEL DOS SANTOS TRAJANO

COBERTURA Invalidaz

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO DANIEL DOS SANTOS TRAJANO

CPF/CNPJ: 70286208407

Posição em 12-02-2019 11:05:18

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
16/05/2018	Negativa Técnica - Sem sequelas	
01/05/2016	Aviso de Sinistro	





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00471.01.2017.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00471.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 15:51 horas do dia 09 de março de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, comigo, Agente de Investigação do seu cargo, ao final assinado, compareceu **Daniel dos Santos Trajano**, CPF nº 702.862.084-07, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Desempregado, filho(a) de Lucilene Semeão dos Santos e Antonio Valdevino Trajano, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 07/12/1997 (19 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Josefa Taveira, Nº 1915, bairro Mangabeira, tendo como ponto de referência Ao Lado do Antigo Fantástico Clube, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98749-3520.

Dados do(s) Fatos:

Local: Av. Josefa Taveira, Perto do Antigo Bemais, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 23/11/16 15:00h. Tipificação: **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que no dia 23.11.2016, por volta das 15h00, conduzia a MOTOCICLETA DE MARCA HONDA/POP 110I, COR VERMELHA, ANO 2015/2016, PLACA QFT4429/PB, CHASSI 9C2JB0100GR027569, DE PROPRIEDADE DE REGINALDO ALVES DO NASCIMENTO, pela Av. Josefa Taveira, Mangabeira, sentido Mangabeira/Valentina, quando passava próximo ao antigo BEMAIS colidiu em outra MOTOCICLETA não identificada, a qual, estava parada à sua frente ao lado de um ônibus não identificado; Que o noticiante afirma o acelerador da moto que conduzia travou, fazendo com que o noticiante perdesse a atenção do trânsito; Que afirma o noticiante que o outro motociclista não machucou-se; Que o noticiante veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 0265/2017, EXPEDIDA PELA DRª SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA, CRM/PB 2959, DATADO DE 13.02.2017; Que o noticiante foi de TÁXI para o Complexo Hospitalar de Mangabeira, onde se submeteu a procedimentos médicos; Que o noticiante declara que não possuiu CNH; Que não deseja solicitar requisição para exame traumatológico.

Sendo o que havia a constar, cientificado o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 09 de março de 2017.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


DANIEL DOS SANTOS TRAJANO
Noticiante



Procedimento Policial: 00471.01.2017.1.00.420

1/1





CERTIDÃO

Nº. 0265/2017

Atendendo solicitação de BEATRIZ FERNANDES LEITE, e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Buritty, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial de N°907621 e Prontuário N° 2009.03.002080, pertencentes a **DANIEL DOS SANTOS TRAJANO**, que foi atendido dia 23/11/2016 às 16H13min, vítima de colisão moto/moto, apresentando trauma em membro superior esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de rádio distal esquerdo. Indicado tratamento conservador.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 13 de Fevereiro de 2017


Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA
R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 907621 Atcd: Nao Regulad
Data: 23/11/2016
Hora: 16:13:18
Recepcionista: ADRIANA DA SILVA
Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: DANIEL DOS SANTOS TRAJANO
CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 3503280 Fone: 987047389
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 07/12/1997 Id: 19 ano(s)
End.: RUA JOSEFA TAVEIRA, 1920 SUSINVALIDO(700800938686582) RG (PB)
Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
Pai: ANTONIO VALDEVINO TRAJANO
Mae: LUCILENE SEMEAO DOS SANTOS

Ocupação: ESTUDANTE

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: MAE RESPONSÁVEL

/Doc. Responsável: 987493520 / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: BAIRRO MANGABEIRA

Num. de vezes atendido: 13
Num. Prontuario: 2009.03.002080

FATURADO

Transporte utilizado: VEIO DE VEICULO
Vitima de acidente por: COLISAO MOTO C/ MOTO PROX O ANTIGO PAO DE ACUCAR H
Vitima de violencia por: AS 15/ RS CONDUCTOR DA MOTO EM M COMPLETO MORENO
[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA:
FC:
Peso:
Glicemia:
Circ. Abd:

FR:
TP:
Altura:
IMC:
O2%:

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
25 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
Vômito: 02/2018-PR 222453

Queixa Principal

Colisão moto com moto negra desmaiado, vômito
referido dor em HSE + lacrimais (sic).

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

do fornida + edema. Artd sem paricubidade
Nega alergias.

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao

- D. pino + 1 amp + AR 10
- Demericon 30 mg + AR 10

Alto do cirurgião
Otopático
C



Trat de xido de H eq.
Lene + Ambulatório

Data e Hora | PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)

Francisco Assis Fidelis de Oliveira Filho
CRM-PB 7025
CIMA-PE 1992

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtd | Medicamentos | Dose | Horário | Evolução

|
|
|
|
|
|
|

PROTÓCOLO
AG. JOÃO PESSOA
12 ABR 2018
CURSOS PREVENÇÃO

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberação

PROCEDIMENTO REALIZADO

030101007-2
030309022-7

DESTINO DO PACIENTE

[] Residência [] Transferido [] Desistência [] UTI
[] Alta a pedido [] Enfermaria Obito: [] Atestado [] SVO [] IME

Francilene S. Santo

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

PROTÓCOLO
AG. JOÃO PESSOA
23 ABR 2018
VIDÊNCIA S/A

0301060061
0301011093



REGISTRO CIVIL	3.503.280 - 2ª VIA	DATA DE CORREÇÃO	01/07/2016
Nome	DANIEL DOS SANTOS TRIANO		
Matrícula	ANTONIO VALDENIO TRIANO LUCILENE SIEMEN DOS SANTOS		
Matrícula/Note	JOAQ PESSOA-PB	DATA DE INSCRIÇÃO	07/12/1957
ZOC. CIVILIZ	CERT. NUSC. Nº:2160 - LVA-13 - FLS.39 - CARTORIO 1º JOAO PESSOA PB		
Telefone fixo	702.692.504-07		

REV
REVIDÊNCIA S/A
73 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA DA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
FOTOFITOLÓGICA DE IDENTIFICAÇÃO

L-287

David dos Santos Fugare

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda via de conta.

Existe para simplificar pagamento de taxa fiscalizada de energia elétrica - AP 003.888.150



ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

R. 250, Km 25 - Centro Rodoviário - João Pessoa (PB) - CEP 58011-480
CNPJ 09.007.182/0001-40 - Insc. Est. 15.915.823-0

DADOS DO CLIENTE			CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR	
ANTONIO VALDEVINO TRAJANO RUA JOSEFA TAUMIRA 1915 OPRECE JOÃO PESSOA			5/412365-9	
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
MAR/2018	21/03/2018	261	28/03/2018	R\$ 192,18

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

ANTONIO VALDEVINO TRAJANO

Registro: 12-905-294-9309

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 27/03/2018

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRÍCULA
28/03/2018	R\$ 192,18	412365-018-03-3

(83) 99811-5088
(83) 99100-0607





PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE:

DANIEL DOS SANTOS TRAJANO, brasileiro, portador do RG nº 3503280 SSDS/PB e CPF nº 702-862.084-07, residente e domiciliado em Rua Josefa Taveira, 1915, CPREDE, João Pessoa-PB, CEP

OUTORGADO:

FRANCISCO ASSIS FIDELIS DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB 14.839, estabelecido à Rua Rodrigues de Aquino, 230, Centro, João Pessoa - PB.

PODERES:

A quem confere poderes com a cláusula *ad judicium* para, como seus advogados, representar o outorgante perante toda e qualquer entidade pública ou privada, podendo representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, judicialmente ou extrajudicialmente.

PODERES ESPECÍFICOS:

A presente procuração confere aos outorgados poderes para, em nome do outorgante, confessar, negociar e transigir (art. 334, CPC), desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência (art. 105, CPC).

CONTRATO:

Concomitantemente com os poderes acima outorgados, o Outorgante aceita pagar aos advogados contratados honorários correspondentes a 30% (trinta por cento) do proveito econômico auferido pelo autor da ação (ou por composição amigável) apuradas em procedimento de execução, com as devidas atualizações até final pagamento, facultado aos advogados contratados requerer nos autos, que lhes sejam pagos diretamente os honorários a que lhe faz jus, por dedução da quantia a ser recebida pelo Constituinte, ora Contratante (art. 4º, Lei nº 8.906/94). Fornecimento de documentos e informações necessários ao bom e rápido andamento da ação, por conta do outorgante. As partes contratantes elegem o foro da cidade de João Pessoa - PB, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

João Pessoa, ____ de ____ de 20____.

x Daniel dos Santos Trajano
OUTORGANTE

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 55
Centro, CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

fidelis@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A
Renascença II, CEP 65.075-441
Tel.: (98) 3082.7466

1/1



**AO JUÍZO DE DIREITO DA
____ VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PB**

DANIEL DOS SANTOS TRAJANO, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 3503280 SSDS/PB e CPF nº 702.862.084-07, residente e domiciliado(a) em Rua Josefa Taveira, 1915, CPREDE, João Pessoa-PB, CEP , por seu advogado subscritor, com endereço profissional à Rua Rodrigues de Aquino, 230, Centro, João Pessoa - PB, endereço eletrônico fidelis@fidelisadv.com, onde deverá receber as notificações desta ação, vem à presença deste douto Juízo, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO
DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**

em desfavor da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com endereço à Av. Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, João Pessoa - PB, CEP 58030-000, o que faz pelos fundamentos fáticos e jurídicos abaixo articulados:

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 230
Centro, CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

fidelis@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A
Renascença II, CEP 65.075-441
Tel.: (98) 3082.7466

1/4



1. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Consoante vaticina o artigo 98, da Lei 13.015/15, o(a) Autor(a) pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita, tendo em vista que sua situação econômica não lhe permite, atualmente, pagar custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

1. DOS FATOS

No dia 23/11/2016, por volta das 15:00, o(a) Autor(a) foi vítima de acidente de trânsito enquanto trafegava pela Av. Josefa Taveira, Mangabeira, João Pessoa-PB em um veículo HONDA/PB 110 I, Placa QFT-4429/PB.

Em decorrência do acidente de trânsito, foi socorrido e encaminhado ao Complexo Hospitalar de Mangabeira. No seu atendimento médico foi constatado que o(a) Autor(a) sofreu fratura de radio distal esquerdo.

A parte Promovente, em decorrência do acidente de trânsito ocorrido, de posse da documentação exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à FenSeg, para receber a indenização pelo acidente de trânsito ocorrido, **tendo recebido o valor de R\$ 0,00 (zero reais)**, valor este muito aquém da gravidade das lesões permanentes e do estabelecido em Lei.

Sendo assim, não restou alternativa ao(à) Promovente senão pleitear a justa indenização a ele devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente do grave acidente de que foi acometido, em observância à disposição contida no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 6.194/74 alterado pela Lei nº 11.482/2007.

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 230
Centro, CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

fidelis@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A
Renascença II, CEP 65.075-441
Tel.: (98) 3082.7466

2/4



2. DO DIREITO

A cobertura do seguro obrigatório - DPVAT - abrange os casos de indenização por morte ou por invalidez permanente e de reembolso de despesas médico-hospitalares, objetivando proporcionar a todas as vítimas de acidentes automobilísticos indenizações pelos danos sofridos.

Para o recebimento do seguro DPVAT, nos termos do art. 5º da Lei 6.194/74, com as alterações dadas pela Lei 8.441/92, basta que se comprove o acidente e o dano dele decorrente.

Lei 6.194/74

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (...)

No caso em deslinde, observa-se a presença dos dois requisitos mencionados em lei. Restou comprovado que o(a) Autor(a) foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em via pública.

Ademais, e para assegurar que lhe é devido justa indenização, o acidente resultou em invalidez permanente, como bem demonstrado por laudos médicos em anexo.

Por assim ser, o(a) Autor preencheu todos os requisitos do art. 5º da Lei 6.194/74, quais sejam: prova do acidente de trânsito e o dano oriundo dele.

Desta feita, a parte Demandante, manejando o seu *jus postulanti*, direito garantido a qualquer cidadão brasileiro, previsto na Lei Maior, Constituição Federal, vem buscar a tutela jurídica do Poder Judiciário para obter o que é seu de Direito.

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 230
Centro, CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

fidelis@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A
Renascença II, CEP 65.075-441
Tel.: (98) 3082.7466

3/4



3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a total **procedência** da ação, nos seguintes termos:

- a) a **citação da empresa seguradora**, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, querendo, apresente sua defesa, no tempo devido, sob pena de lhe ser decretada a sua revelia;
- b) a **concessão do benefício da gratuidade de justiça**, tendo em vista que o(a) Autor(a) não apresenta, atualmente, condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos do art. 98, da Lei 13.015/15;
- c) requer a **dispensa da audiência de conciliação**, conforme o art. 334, § 4º, I, §5º, do Código de Processo Civil, já que a matéria necessita da realização de perícia médica;
- d) a **condenação da Promovida ao pagamento da indenização**, no valor total de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros e correção monetária;
- e) a condenação da Ré ao **recolhimento de custas** e **pagamento dos honorários advocatícios**, a critério deste douto Juízo;
- f) que as **intimações** aos autores sejam feitas nas pessoas do seu procurador judicial **Francisco Assis Fidelis de Oliveira Filho**, no endereço do timbre.

Protesta provar o alegado por todos os meios em Direito admitidos.

Dando-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

Advoga deferimento.

João Pessoa, 26 de março de 2019.

Francisco Assis Fidelis de Oliveira Filho
Advogado - OAB/PB 14.839

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 230
Centro, CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

fidelis@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A
Renascença II, CEP 65.075-441
Tel.: (98) 3082.7466

4/4



Poder Judiciário da Paraíba
17ª Vara Cível da Capital

Av. João Machado, s/n, Centro, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.013-520
Tel.: (83) 3208-2495; e-mail: jpa.17varacivel@tjpb.jus.br

Nº do Processo: 0821887-63.2019.8.15.2001

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [SEGURO]

AUTOR: DANIEL DOS SANTOS TRAJANO

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DOS AUTOS

Certifico e dou fé que nesta data faço os autos conclusos para apreciação deste MM Juízo.

João Pessoa, 6 de junho de 2019

DIANA CRISTINA SANTOS
Técnico Judiciário





**Poder Judiciário da Paraíba
17ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)0821887-63.2019.8.15.2001

AUTOR: DANIEL DOS SANTOS TRAJANO

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.(CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM).

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos.

João Pessoa/PB, 13 de agosto de 2019.

Juiz(a) de Direito

